



Evento	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2013
Local	Porto Alegre - RS
Título	A renúncia da maternidade na perspectiva de profissionais da saúde
Autor	BRUNA MARIA CORAZZA MARTINS
Orientador	ALINE CARDOSO SIQUEIRA
Instituição	Universidade Federal de Santa Maria

A maternidade é alvo de muitas pesquisas e reflexões teóricas. Entretanto, esse olhar direcionado às mulheres, muitas vezes, atrela o ser boa mãe à natureza feminina, como se houvesse um imperativo biológico que predeterminasse o amor incondicional da mãe para com o filho. O mito do amor materno, estudado por Badinter, relaciona-se com essa expectativa social de que toda mulher deseja a maternidade e, a partir disso, cuida e provê seu filho. Nesse sentido, quando uma mãe deseja entregar o filho para adoção ou o abandona em situações de risco, ela contraria essa regra natural e passa a ser julgada, sem que se compreenda o que está implicado nessa ação. No Brasil, devido à escassez de estudos científicos, pouco se sabe sobre a mãe que entrega ou abandona seu filho. Alguns estudos encontraram sofrimento nas mulheres, percepção de falta de apoio da equipe de saúde, dificuldades socioeconômicas, privação afetiva e ausência de apoio familiar, social e do parceiro na gestação, como fatores que influenciam a decisão de entregar o filho. É relevante refletir sobre esse tema, pois a lei 12.010, conhecida como a Nova Lei Nacional da Adoção, prevê acolhimento psicológico e assistência jurídica às mães que manifestarem o desejo de entregar seus filhos. Em vista disso, o presente estudo qualitativo e exploratório teve o objetivo de compreender a percepção de sete profissionais da saúde (três técnicas de enfermagem, três enfermeiras e uma médica obstetra), que trabalhavam em dois hospitais públicos do interior do RS, sobre as mães que entregam os filhos para a adoção. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, que foram transcritas e posteriormente analisadas de acordo com a análise de conteúdo. Todos os preceitos éticos foram considerados. Os resultados apontaram que as mulheres que entregam os filhos são, geralmente, jovens, de nível socioeconômico desfavorecido, possuem muitos filhos, apresentam pré-natal precário, falta de planejamento familiar e a gravidez era indesejada e fruto de relações eventuais, na maioria dos casos. Diante da manifestação da entrega, as profissionais apresentaram conhecimento dos procedimentos a serem adotados – encaminhamento ao conselho tutelar, juizado da infância e adolescência - mas alegaram que lhes falta embasamento teórico e técnico. Constatou-se uma tentativa de convencer a mulher a mudar de ideia, buscando assim, reverter a entrega. Esse dado demonstra o despreparo da equipe de saúde, que atuava com base em suas crenças e concepções pessoais, e não avaliava a situação do ponto de vista da garantia dos direitos da mulher e da criança. Ainda, as profissionais acreditavam que os fatores envolvidos na entrega e no abandono de crianças relacionavam-se com dificuldades econômicas, ausência de apoio familiar e do parceiro, vivência de abandono, problemas psiquiátricos e dependência química. Todas as profissionais salientaram a importância da presença de psicólogos e assistentes sociais nesses momentos, pois entendiam que eles favorecem a relação entre a equipe, a mãe e a criança pela escuta e conhecimento mais especializados. Dessa forma, torna-se fundamental a capacitação da equipe de saúde para acolher essas mulheres e atendê-las sem julgamentos e preconceitos. Acolher e ouvir essas mães garante os preceitos da lei 12.010 e possibilita um exercício das profissionais de saúde de respeito pela decisão da mãe e compreensão mais ampla das questões envolvidas.